

Clara Ferreira Alves: O jornalismo *engagé* na era líquida

PILAR DAMIÃO DE MEDEIROS
Universidade dos Açores, Portugal

Resumo: Este ensaio pretende uma análise sociológica sobre o compromisso público da intelectual Portuguesa Clara Ferreira Alves [CFA]. Após uma breve resenha em torno da vasta bibliografia que se debruça sobre a relevância do papel, bem como as múltiplas representações dos intelectuais desde finais do século XIX, iremos abordar de que forma a criatividade literária, o jornalismo crítico e a persuasão retórica de CFA, ancoradas por um sólido capital cultural, despertam uma profunda reflexão sobre a complexidade social da nossa modernidade líquida.

Palavras-chave: Clara Ferreira Alves; Intelectual Público; Esfera Pública; Responsabilidade Social; Modernidade Líquida.

Abstract: This text intends a sociological analysis about the public commitment of the Portuguese Intellectual Clara Ferreira Alves [CFA]. After a brief review of the vast literature that deals with the relevance of the role, as well as the multiple representations of intellectuals since the late nineteenth century, we will discuss how Clara Ferreira Alves' literary creativity, critic journalism, and rhetorical persuasion, anchored by a solid cultural capital, stimulates a deep reflection about the social complexity of our liquid modernity.

Keywords: Clara Ferreira Alves; Public Intellectual; Public Sphere; Social Responsibility; Liquid Modernity.

“O intelectual é um espírito em oposição,
mais do que em acomodação [...]”

Edward Said, *Representações do Intelectual*, 1993, p. 18

Discutir a intervenção dos intelectuais no século XXI tornou-se um objeto de estudo de extrema relevância para o campo da sociologia da cultura. Desde o *Affaire Dreyfus* (1894) que a literatura sobre intelectuais é marcada por posições distintas, e até mesmo antagónicas, sobre o papel dos mesmos na *civitas* (JULIEN BENDA, 1927; GRAMSCI, ed. 1999; FOUCAULT, ed. 2001; BAUMAN, 1987; JACOBY, (1987 [1990])); SAID,

1995; BOURDIEU, 1996; BOBBIO, 1997; FUREDI, 2004; FULLER, 2005; COLLINI, 2006; MISTZAL, 2007; ALEXANDER, 2009, entre outros). Ora, a ambiguidade do termo como categoria empírica acarreta tanto conotações positivas, como negativas e está dependente de tradições nacionais e culturais, bem como de contingências históricas e sociais específicas. Vejamos, pois, a título de exemplo, de que forma a intervenção de intelectuais públicos durante o século XX foi profundamente marcada por episódios distópicos que mereceram o seu envolvimento e ação. Sentiam como imperativo cultural e político dar o testemunho dos horrores vividos (Ver E. Wiesel, *The Age of Testimony*; A. Soljenitsin, *Arquipélago Gulag*; Primo Levi, *Se isto é um Homem*; A. Camus, *A Peste*). O fascismo e o comunismo, o massacre em Nanking, o Holocausto, a Guerra Fria, a Guerra do Vietnam, o conflito em Ruanda e nos Balcãs geraram vozes públicas que, a partir do campo cultural, ilustraram a barbárie humana que, tão dramaticamente, desumanizou a Humanidade.

Contudo, é sabido que o intelectual público hodierno já não se enquadra nem na visão do intelectual clássico, carismático, legislador e comprometido com os valores universais (BAUMAN, 1987), nem na representação circunscrita do especialista defendida por M. Foucault. Parece-nos, assim, que uma análise mais adequada seria a de conciliar a posição do intelectual como um intérprete da modernidade líquida (Bauman, 1987, 2001) com a abordagem sugerida por E. Said, que define a responsabilidade, a independência e a visão cosmopolita como características fundamentais na intervenção do intelectual público. É claro que esta síntese não poderá negligenciar a atual centralidade da esfera mediática na participação pública dos intelectuais. A forma como se apresentam em palavras e imagens, bem como a persuasão e a atratividade dos intelectuais (HEYNDERS, 2016, p. 23) tornaram-se hoje aspectos fundamentais para garantir legitimidade, credibilidade e reconhecimento público.

Numa sociedade profundamente marcada pela coexistência de tradições culturais e formas de pertença muito diversas, a comunicação entre tradições tornou-se um dos maiores desafios do nosso tempo. Esta

incide precisamente na articulação hermenêutica e consequente diálogo entre imaginários culturais e quadros de sentido distintos. Ora, e como já referia Zygmunt Bauman, ([1987] 2010, p. 201): “[a] transformação de variedade em unidade, a substituição de “a cultura por uma diversidade de formas de vida, foi a característica mais preeminente da história intelectual no Ocidente”. Deste modo, os intelectuais públicos tornam-se figuras chave para tornar “o Outro” compreensível, abrindo à comunicação mundos de significado que permaneciam fechados (BAUMAN, [1987] 2011)¹. Com responsabilidades acrescidas para exercitar influência e despoletar sentido de consciência cívica (Said [1995], 2000 e Chomsky, 2017) tornam-se *personas públicas*, cuja performance requer ser temperada por uma posição de mediação simbólica, de independência, de liberdade e por “[...] uma entrega entusiasta, do risco, da exposição, de um compromisso com princípios de vulnerabilidade ao debater e estar envolvido em causas mundiais” (SAID ([1995], 2000, p. 93). Para B. Mistral (2007) pensar criticamente sobre a complexidade da sociedade civil requer criatividade, coragem cívica, transparência, imaginação democrática e uma atitude moral que desconstrua quadros de narrativa suportados por hipersimplificações políticas e mediáticas.

Clara Ferreira Alves é claramente uma intelectual pública que se enquadra na síntese proposta entre a definição de Z. Bauman e E. Said. Jornalista, formada em Direito, fluente em várias línguas e profundamente marcada por uma vivência cosmopolita, é uma leitora prodigiosamente erudita que escolheu a escrita, quer jornalística, quer ficcional, como “(...) uma forma de diálogo com o mundo” (Alves, 2017, p. 11). “O discurso e o debate”, afirma, “são parte integrante do ser humano, são o que nos torna humanos.” (ALVES, 2017, p. 11). Clara Ferreira Alves assume, com seriedade, a sua vocação intelectual ao dar voz às vozes de protagonistas

¹ Ver Bauman ([1987] 2010, pp. 197-198): “A redescoberta da hermenêutica e o entusiasmo com que filósofos e cientistas sociais saudaram *Verdade e Método*, de Gadamer, um sofisticado manifesto contra a verdade metódica e o método verdadeiro; que tenta redefinir a tarefa da filosofia ou da ciência social como um trabalho de interpretação, de busca de significado, de tornar “o outro” compreensível; de fazer-se entender - e assim facilitar um intercâmbio entre formas de vida - e abrir à comunicação mundos de significado que permaneceriam fechados.”

reais, porém invisíveis do espectro mediático e político, atemorizados pelas incertezas da sociedade líquida (ALVES, 2012, pp. 53-55). Bem sabemos que a incerteza, a instabilidade e a incontingência penetraram no léxico do Sujeito que, quotidianamente, se sente atormentado por diferentes inquietações e medos, nomeadamente, o medo do "Outro", do terrorismo, do fundamentalismo dos mercados e dessocialização da economia (Santos, 2001, p. 40), da austeridade financeira, da perda do Estado Social, da liquidez das relações humanas e afetivas, da individualização absoluta, da cosmopolitização sem garantias cosmopolitas, dos efeitos colaterais da degradação ambiental, de conflitos nucleares, da degradação dos Direitos Humanos, entre muitos outros.

De facto, nas suas crónicas extraímos uma análise exaustiva, quase radiográfica, da fragilidade social, política e cultural da vida humana contemporânea. Sem descurar a dimensão subjetiva do escritor, aborda, sem reservas, os mais diversos temas e assuntos públicos deixando sempre em aberto o círculo hermenêutico:

Tendo escrito tanto sobre o mundo dos outros e o meu, sobre os países dos outros e o meu, verifico que a razão e a emoção, em debate, sempre me acompanharam. Não gosto da palavra esterilizada. Gosto de uma incisão cirúrgica. Nenhuma análise é inteiramente correta e imparcial porque os relatórios sobre a humanidade que gosto de escrever, e aí aos recursos da ficção são insubstituíveis, aparecem forçados pela realidade (ALVES, 2012, p. 13).

A sua atividade crítica, livre e independente, fortificada por uma escrita intensa, pujante e mordaz, sem qualquer vestígio de superficialidade e pedantismo, tornou-a numa incontornável figura do espectro intelectual Português.

Do jornalismo à literatura, Clara Ferreira Alves tenta desmistificar as visões totalizantes incrementadas pelos media sistémicos e pelo campo político. Assume a missão de desconstruir a realidade filtrada e pré-digerida, condena a sociologia instantânea dos meios de comunicação de massa e censura a progressiva regressão cultural alimentada por um *ethos* infantil da *cultura fun* (BARBER, 2007, p. 113) que, gradualmente, vai

destruindo o espírito de responsabilidade. Numa posição de autocrítica assevera que

Nós, e quando digo nós digo o jornalismo na sua decadência e euforia suicidária, criámos estas criaturas [referindo-se a Sócrates e Passos Coelho] e os amigos deles. O jornalismo, aterrorizado com a ideia de que a cultura é pesada e de que o mundo tem de ser leve, nivelou a inteligência e a memória pelo mais baixo denominador comum, na esteira das televisões generalistas. Nasceu o avatar da cultura de massas que dá pelo nome de light culture, em oposição à destrinça entre high e low. O artista trabalha para o ‘mercado’, tal como o jornalista, sujeito ao rating das audiências e dos comentários online. A brigada iletrada, como lhe chama Martin Amis, venceu (ALVES, 2012, p. 90).

Para Lipovestky & Serroy (2008, p. 128), “[a] época hipermoderna é aquela em que os media exercem um poder cada vez maior sobre a vida intelectual, tornando-se vectores primordiais de legitimidade cultural” e política. Com efeito, a sedução narcísica do *star system* amplificada pela “[...] informação destilada em sentimentos precários e impulsos instantâneos” (ALVES, 2017, pp. 363-364) vem progressivamente contribuindo para o desfasamento histórico e para a perversão das democracias. Para a jornalista/autora,

Os media, que conduzem a opinião da humanidade e são o pilar da democracia, mais do que a desacreditada política, foram atrás da (des)informação gratuita. Em vez de investigação e explicação, caras, vulgarizam-se o comentário e o insulto, baratos. Criaram-se e alimentaram-se trolls em plataformas gratuitas. Um político é hoje uma vítima das caixas de comentários e das redes sociais. Os techies e os media deram à população instrumentos de destruição maciça (ALVES, 2017, p. 406).

Numa posição assumidamente elitista, assume que o valor do espírito, identificado por Valéry, encontra-se em queda absoluta. Assevera que

[o] tempo dos chefes cultos acabou, e se serve de consolação, não acabou apenas em Portugal. A cultura de massas ganhou. No mundo pop, multimédia, inculto e narcisista, em que cada estúpido é o busto de si mesmo, a

burguesia e o lumpen distinguem-se na capacidade de fazer dinheiro (ALVES, 2012, p. 90).

Logo, na cultura do *homo aequalis* esbatem-se os antagonismos, “vive-se numa espécie de sequência-*flash*”, num presente perpétuo (C. Castoriadis) de fruição erótica personalizada. É o “[f]im do *homo politicus* e advento do *homo psychologicus*, à espreita do seu ser e do seu bem estar” (Lipovestky & Serroy, 1983, pp. 37- 49). A hipertrofia narcísica aliada à embriaguez do efêmero e do trivial desvaloriza a política, ignora a responsabilidade social e “[a] cultura do dinheiro, avatar do triunfo do capitalismo, substitui a cultura propriamente dita, a tal que era europeia e original” (Alves, 2012, p. 217). Perante este cenário, Clara Ferreira Alves invoca o elitismo como alternativa a uma sociedade que prescindiu do tempo de pensar. Mesmo tendo consciência da conotação pejorativa, e até mesmo politicamente incorreta, associada à noção de elite e elitismo, está convencida de que o salto qualitativo de uma civilização só poderá ser garantido a partir de uma posição elitista de cidadãos conscientes e críticos relativamente às contradições oriundas de uma sociedade invertebrada, que ignora os perdedores da ordem estabelecida:

Reparem nos mortos sem nome do Mediterrâneo, que passam despercebidos ao nosso egoísmo. Reparem como se vive com um dólar por dia. Viagem para o Sudão e o Laos, visitem o sertão do Brasil em vez da praia no Rio. Deixem de lacrimejar com a morte do panda. Deixem de ser tão estúpidos. Sejam elitistas” (ALVES, 2017, p. 430)

O elitismo cultural surge, assim, como alternativa à “insustentável leveza do ser”, à indiferença cega perante a crueldade e à crescente incapacidade de conceber uma consciência ética da humanidade. Não obstante, o termo elitismo aqui sugerido não é compatível com a “nova elite” política e económica, nem com a arrogância da mediocridade e o estilo de vida instaurado por uma elite que

pode comprar coisas. [...] A elite comprou carros, condomínios, iates, Rolex. Apareceu um fenómeno de novo-riquismo urbano, sobretudo em Lisboa, que era desconhecido. É uma riqueza de salários. Salários muito

elevados, desiguais, de grandes empresas. Uma vez entrei numa casa de um casal abastado, muito amável, onde estava reunida gente importante - gente da elite. Não havia um livro (ALVES in *Jornal de Negócios*, 2012).

Egocêntrica e economicamente poderosa, com uma visão do mundo redutora e esvaziada de capital cultural e intelectual, esta “nova elite”, que segue as premissas do pensamento totalitário TINA e as constantes criações da máquina narcísica, nunca irá criar qualquer resistência ao sistema que ela própria produz e domina. Em contrapartida, o elitismo proposto por CFA radica numa luta vanguardista contra a banalização do discurso do conhecimento, a hipertrofia cultural, a embriaguez de um riso disciplinado e orientado, e os imperativos neoliberais de um Governo que “[...] deixou de ser do povo, pelo povo e para o povo, como disse Lincoln, para ser um *croupier* de casino” (ALVES, 2017, p. 236). Noutras palavras, um elitismo que desmascare a *malaise* humana, despreze a hipersimplificação e encoraje o leitor a ser menos subjetivo e lamechas, e a formar uma opinião responsável, alicerçada no conhecimento e numa posição social benéfica e construtiva. Convicta da sua influência como *opinion maker*, Clara Ferreira Alves tornou-se o que Ralph W. Emerson denominou como um(a) intelectual “representativo(a)”². Conhecedora da realidade humana, esboça habilmente o cenário etnográfico da sociedade portuguesa, bem como uma análise séria e cosmopolita em torno da realidade política e cultural internacional. Por entre o local e global, o particular e o universal demarca a sua ação intelectual na síntese entre, por um lado, a representação do intelectual como mediador cultural e, por outro, o ímpeto humanista que luta incessantemente por uma sociedade socialmente mais justa e esclarecida.

A partir da sua errância pelo mundo como jornalista e, em algumas circunstâncias como jornalista de guerra, destaca em *Estado de Guerra* (2012) as poderosas experiências vivenciadas nos mais diversos países como:

² Ver Alexander (2009, p. 21): “Being a public intellectual is symbolic action, a matter of becoming what Emerson called a ‘representative man’. To become exemplary in this manner is to dramatically embody the myth of universalism, the binary code of public versus private, and the narrative of progressive triumph.”

Afeganistão, Iraque, Turquia, Palestina, Israel, Egito, Angola, Argentina, Peru, Cuba, Brasil. Curiosamente, foi a América que mais a marcou. Em *Cenas da Vida Americana* (2017) revela o carácter paradoxal de um país que “[...] salvou a Europa e assim transformou o século XX no século americano” (Alves, 2017, p. 11). Confidencia que deve aos Estados Unidos a sua educação liberal, o seu otimismo ontológico e a sua consciência libertária. Ao mesmo tempo que aponta a grandeza de um país marcado pela liberdade, também faz uma pujante crítica ao puritanismo de uma América muitas vezes disfuncional. A América de Hopper (2017, p. 22) é apresentada-- sob diversos cenários das diferentes Américas: por um lado, destaca a “dirty America” retratada nos filmes realizador por Clint Eastwood que espelha “[...] uma América dura, angular, hiper-realista, coberta de uma escuridão feita da densidade da violência e da tragédia” (ALVES, 2017: 169) e, por outro, refere a América “[...] liberal, cosmopolita, intelectual. Energética. Ferozmente democrata” de Nova Iorque (CFA, 2017, p. 239). Na sua análise sobre os EUA, aborda as derrotas em relação ao Médio Oriente, critica a incapacidade de resposta à *underclass* negra que “[...] enche as prisões do país e criou subculturas de exclusão dentro das cidades e subúrbios que são difíceis de eliminar” (Alves, 2017, p. 345), condena Guantánamo e os neoliberais de Wall Street, que encabeçam um “sistema capitalista internacional sem controlo e sem fronteiras” (Alves, 2017, p. 269). Por fim, suspeita da política de Trump, que abarca toda a sua competência na riqueza acumulada e não se cansa de repetir “I am really really rich”. Aqui remete-nos aos monólogos do Teatro absurdo “[...] em que o enunciado e repetição de frases comuns acaba por adquirir significado metafísico” (ALVES, 2017, p. 359). Identifica, também, a debilidade do campo cultural norte-americano que, de momento, não passa “[de] um prodígio de paroquialismo e os romances são um ersatz de romances maiores. [...] Os poetas calaram-se há muito. Trump reluz sozinho no palco, iluminado pela luz autofágica do show que montou e pagou e aplaudido pelas legiões de vigaristas que passam por pensadores e comentadores” (ALVES, 2017, pp. 361-362). Apesar da sua desconfiança na

E

política e em muitos órgãos de comunicação norte-americanos³, assume que a sua esperança encontra-se na cultura, na arte, no “[...] humor, [n]o riso, [n]a anedota. [Na]s artes, porque a tirania produz boa arte”. A sua “[...] esperança são os jovens que não tolerarão um velho debochado a mandar neles”. “O Twitter”, afirma, “não serve só para insultar as mulheres. Pode servir para deitar abaixo um sistema” (CFA, 2017, p. 417). O adepto do humor do judeu nova iorquino, Woody Allen, dá-nos a conhecer, sob diferentes ângulos - literário, artístico, político, militar, jornalístico, económico - a América disfuncional que sempre sonhamos, mas agora tememos.

Em toda a sua obra escrita, incluindo no seu romance *Pai Nosso* (2015), tenta decifrar, livre de quaisquer constrangimentos maniqueístas e enviesamentos e culturais, “the Otherness of the Other” (Benhabib, 2002). Desmascara a visão imperialista e culturalmente estereotipada fabricada pelo Ocidente em relação ao Médio Oriente e realça o perigo das generalizações, clichés e suposições enviesadas produzidas por muitos jornalistas e políticos que opinam e comentam sobre o Médio Oriente sem, contudo, conhecerem a complexidade da sua História:

No 11 de Setembro percebi que os atentados iam mudar a nossa vida e pelo menos a primeira metade do século XXI. O Médio Oriente é uma tragédia que corre o risco de nos engolir a todos. Mal compreendida do ponto de vista religioso, ideológico, histórico e do que estava em jogo. Por exemplo, não se pode discutir a existência de Israel sem ir para trás no tempo. E a quantidade de pessoas que opinam sobre o Médio Oriente sem lá ter posto os pés. É tudo do sofá! O próprio jornalismo arranja um cliché da realidade para se proteger. O Daesh não começou de repente por causa da Síria e o que aconteceu neste país também não foi do nada. É preciso ir à História (ALVES apud *Diário de Notícias*, 2015).

³ “Nunca imaginámos que a América ficasse nas mãos de tiranos e tiranetes. De analfabetos políticos. Não confio num país regulado pela Fox News de Murdoch, o machismo violento de Limbaugh e The-bitch-Coulter, o cristianismo evangélico de Pence, o puritanismo corrompido de Ryan, a maldade revanchista de Rudy ou a boçalidade de Palin, Christie e Gingrich” (CFA, 2017: 416).

Em *Estado de Guerra*, *Cenas da Vida Americana* mas, sobretudo, no seu romance *Pai Nosso* apercebemo-nos da sua sensibilidade humanística em olhar o “Outro” a partir de uma relação “[...] não mais empírica nem sistemática, mas sim poética” (Glissant, 2005, p. 107). O seu profundo conhecimento e experiência no Médio Oriente, ensinaram-lhe “[...] a ser sensível[l] ao que está implicado na representação, no estudo do “Outro”, no pensamento racial (...) no papel social e político dos intelectuais, no enorme valor de uma consciência crítica cética” (SAID, [1978] 2004, p. 388). A sua legitimidade pública como intelectual surge, assim, fortificada pela capacidade de, a partir de um modo esclarecedor e livre de quaisquer preconceitos, dar a conhecer ao exterior a experiência humana do “Outro”. Ora, para o autor de *Orientalismo*, Edward Said ([1978] 2004, p. 389),

[s]e nos lembrarmos que o estudo da experiência humana tem muitas vezes uma consequência ética, para não dizer política, consequência no melhor ou no pior sentido, talvez não permaneçamos indiferentes ao que fazemos enquanto eruditos. E que norma melhor pode haver para o intelectual que a liberdade e o conhecimento humanos? Talvez também devêssemos recordar que o estudo do homem em sociedade se baseia na história e na experiência humanas concretas, e não em abstrações pedantes, em leis obscuras ou em sistemas arbitrários. O problema consiste então em fazer com que o estudo se ajuste e de certo modo seja configurado pela experiência, uma experiência iluminada e talvez transformada pelo estudo.

Ao viver, observar e experienciar o “Outro”, Clara Ferreira Alves lembra-nos de que a figura do intelectual no século XXI deve manter, acima de tudo, um inevitável compromisso com a transparência, com os valores cosmopolitas, com o diálogo e interpretação intercultural, com os valores cívicos e com o respeito pela dignidade humana.

Embora tenha escolhido o jornalismo como profissão, é na literatura que encontra o *locus* mais adequado para narrar as formas expressivas da vida humana, as emoções, as dimensões do desejo e do imaginário individual e coletivo, as representações da realidade natural e social e as concepções do mundo e da vida. Enaltece o papel imprescindível da literatura no campo de conhecimento: “A literatura, o poder das palavras

para descrever e incluir o mundo num sistema coerente de pensamento, são, como a filosofia e a história, tão importantes como a física ou a álgebra” (2012, p. 91). O poder da crítica social a partir da ficção⁴ é um factor preponderante ao longo do seu primeiro romance, *Pai Nosso* (2015), no qual convida o leitor a entrar num diálogo, quase monólogo, insólito entre Beatriz, uma académica que escolhe o caminho da aventura em vez de uma vida enfadonha em Hull, e Marie, uma fotógrafa de guerra Portuguesa. Por entre as reflexões, as nostalgias e as memórias perturbadoras de Marie ficamos a conhecer a obscenidade da guerra, a irremediável dor, a concretude da morte, a “pornografia das decapitações” (ALVES, 2015, p. 392) e o rosto humano do terrorismo.

A estratégia narrativa adoptada pela autora traduz o abandono da ordem humana racional: o seu carácter fragmentário, descontínuo, com movimentos dialéticos entre continuidade e descontinuidade, nos quais as cenas são abruptamente interrompidas por *Rewind* e *Fast Forward* é demonstrativo da perda do devir (*Dasein*) linear e das certezas absolutas nas biografias do Sujeito da modernidade líquida. Contra a suavidade emocional das novas formas literárias embebidas no kitsch, este é um romance que combate as generalizações do senso comum e obriga o leitor a refletir sobre o desespero e sofrimento humano do “Outro(s)”. Em *Pai Nosso* sentimos as ruínas humanas do conflito no Médio Oriente que “[...] deu cabo do Iraque e deu cabo de todos nós. Deu cabo do que restava do Médio Oriente. Deu cabo do equilíbrio instável dos inimigos. Deu cabo da Síria. E deu cabo da Europa.” (ALVES, 2015, p. 369). Como figura singular do espaço público Português, a intervenção cívica de Clara Ferreira Alves resume seriedade, provocação e coragem. Observadora acutilante da realidade nacional e internacional, vê com clareza as aberrações sombrias de uma “civilização do espetáculo” (LLOSA, 2012), onde “o riso golpeou a felicidade como uma lebre e a arrasta na sua totalidade insignificante” (ADORNO & HORKEIMER ([1947] 2000, p. 188). Perante o fundamentalismo dos mercados alicerçado

⁴ Ver Alves (2017, p. 361): “Que Philip Roth tenha deixado de escrever é uma perda para a inteligência coletiva. Ninguém melhor do que ele para redigir o texto que daria cabo de Trump”.

no excessivo hedonismo, egocentrismo, entretenimento, consumo supérfluo e ilusão do conforto que destrói as responsabilidades individuais e coletivas - a jornalista/ escritora apela a uma mobilização de consciências e juízos críticos que questionem a estranheza do novo *modus vivendi*. Com efeito, por entre as suas crónicas, livros e intervenções públicas extraímos a subtilidade de uma intelectual pública que abertamente “fala a verdade ao poder”, e que nunca foi “[...] nem um[a] apaziguador[a] nem um fazedor[a] de consensos, mas alguém que invest[e] todo o seu ser no sentido crítico, na indisponibilidade para aceitar fórmulas fáceis, sempre-tão-conciliadoras, sobre o que os homens poderosos ou convencionais têm a dizer, e sobre o que fazem” (Ver SAID, 2005, p. 35). É certo que a sua forte oposição a generalizações e a visões políticas, culturais, religiosas totalizantes; o seu cosmopolitismo e interpretação cultural; a sua vigorosa resistência ao embrutecimento do pensamento; o seu realismo firme e a sua vigília constante fazem de Clara Ferreira Alves uma das intelectuais públicas mais estimulantes da esfera pública Portuguesa.

Referências

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. “A Indústria Cultural: O Iluminismo como Mistificação de Massas”. In Teoria da Cultura de Massa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ALEXANDER, J. C. “Public Intellectuals and the Public Sphere”. In Intellectuals and their Publics: Perspectives from the Social Sciences. Burlington: Ashgate, 2009.

ALVES, C.F. Estado de Guerra. Lisboa: Clube do Autor, 2012.

ALVES, C.F. "Somos dez milhões de hamsters numa gaiola. Sendo a gaiola, não a Europa, mas a pobreza". Jornal de Negócios, de 7 de dezembro. Disponível em http://www.jornaldenegocios.pt/weekend/detalhe/somos_dez_milhoes_de_hamsters_numa_gaiola_sendo_a_gaiola_nao_a_europa_mas_a_pobreza, 2012.

ALVES, C.F. Pai Nosso. Lisboa: Clube do Autor, 2015.

ALVES, C.F. "Temos Políticos Muito Ignorantes". Diário de Notícias, de 28 de novembro. Disponível em <http://www.dn.pt/artes/interior/temos-politicos-muito-ignorantes-4905369.html>, 2015.

ALVES, C.F. Cenas da Vida Americana. Lisboa: Clube do Autor, 2017.

BARBER, B. Comment le capitalisme nous infantilize. Paris: Fayard, 2007.

BAUMAN, Z. Legisladores e Intérpretes: Sobre Modernidade, Pós-Modernidade e Intelectuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Z. Modernidade Líquida, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENDA, J. La Trahison des clerics. Paris: Grasset, 1927.

BENHABIB, S. The Claims of Culture: Equality and Diversity in the Global Era. Princeton: Princeton UP, 2002.

BOBBIO, N. Os Intelectuais e o Poder: Dúvidas e Opções dos Homens da Cultura na Sociedade Contemporânea. São Paulo: Unesp, 1997.

BOURDIEU, P. As Regras da Arte: Génese e Estrutura do Campo Literário. Lisboa: Presença, 1996.

BRIANÇON, P. "J'accuse: Leftist intellectuals turn right". Politico, 16 de outubro, Disponível em <http://www.politico.eu/article/leftist-intellectual-turn-right-front-national-socialists-philosopher>, 2015.

CASTORIADIS, C. Uma Sociedade à Deriva. Lisboa: 90 Graus Editora, 2006.

CHOMSKY, N. 2016. Quem Governa o Mundo? Lisboa: Editorial Presença, 2016.

COLLINI, S. Absent Minds. Oxford: Oxford UP, 2006.

FERREIRA, E.P. Por uma Sociedade Decente. Lisboa: Marcador, 2016.

FOUCAULT, M. "Les intellectuels et le pouvoir", in Dits et écrits I. 1954-1975. Paris: Quarto Gallimard, 2001.

FULLER, S. The Intellectual. Cambridge: Icon, 2005.

FUREDI, F. Where Have All the Intellectuals Gone? London: Continuum, 2004.

GLISSANT, E. Introdução a uma poética da diversidade. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HEYNDERS, O. Writers as Public Intellectuals: Literature, Celebrity, Democracy. Hampshire: Palgrave, 2016.

LIPOVETSKY, G. A Era do Vazio. Lisboa: Relógio D'Água, 1983.

LIPOVETSKY, G; SERROY, J. A Cultura Mundo: Resposta a uma Sociedade Desorientada. Edições 70: Lisboa, 2004.

LLOSA, M. V. A Civilização do Espetáculo. Lisboa: Quetzal, 2012.

MISZTAL, B. A. Intellectuals and the Public Good: Creativity and Civil Courage. Cambridge: Cambridge UP, 2007.

SAID, E. Representações do Intelectual: As Conferências de Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAID, E. Orientalismo: Representações Ocidentais do Oriente. Lisboa: Cotovia, 2004.

SANTOS, B.S. Globalização. Fatalidade ou Utopia? Porto: Afrontamento, 2005.

STEINER, G. No Castelo do Barba Azul: Algumas Notas para a Redefinição da Cultura. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

Recebido em 15/09/2020

Aprovado em 30/12/2020